



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM - PB
GABINETE DO PREFEITO



DECRETO Nº 028/2025, de 18 de dezembro de 2025.

**ESTABELECE PRAZO E FORMA DE
RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E
TERRITORIAL URBANO – IPTU, PARA O
EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE GURINHÉM-PB, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, o que dispõe a Lei Municipal Nº 003/2024 – Código Tributário Municipal e demais legislações vigentes.

DECRETA:

Art. 1º. O recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2026 far-se-á nos seguintes prazos e modalidades:

I – Em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento), com prazo de pagamento até 30 de junho de 2026;

II – Em parcela única, sem desconto, com prazo para pagamento até 31 de agosto de 2026;

III – Em até 03 (três) parcelas mensais e consecutivas, sem acréscimos legais, com as seguintes datas de vencimento:

a) 1ª parcela para pagamento até 30 de junho de 2026;

b) 2ª parcela para pagamento até 31 de julho de 2026; e

c) 3ª parcela para pagamento até 31 de agosto de 2026.

§1º. Na hipótese do inciso III do caput deste Artigo fica estabelecido:

I – O pagamento da primeira parcela até a data do vencimento – 31 de junho de 2026, implica em adesão ao parcelamento oferecido;

II – Após adesão ao parcelamento, o não pagamento de qualquer das parcelas até o último dia para pagamento da parcela seguinte, ou o não pagamento da última parcela até o final do prazo de encerramento do parcelamento, implica imediata



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM - PB
GABINETE DO PREFEITO



revogação do parcelamento e inscrição do saldo devedor do tributo em Dívida Ativa, com a incidência dos acréscimos legais; e
III - após adesão ao parcelamento, o não pagamento de qualquer parcela que não configure a hipótese de revogação do parcelamento prevista no Inciso II deste parágrafo implica incidência dos acréscimos legais.

Art. 2º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) será arrecadado conforme estabelecido nos Incisos abaixo:

- I – Nos casos relativos à prestação de serviços, sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte (profissionais autônomos, fora do Regime do Simples Nacional) o vencimento será em parcela única e quando se tratar de sujeito passivo incluído em regime de estimativa ou no caso de profissional autônomo o prazo para pagamento será até 30 de dezembro de 2026, exceto os valores recolhidos na forma antecipada pelo tomador do serviço;
- II – Com vencimento até o dia 10 do mês seguinte ao do efetivo pagamento do serviço tomado, nos da Lei Complementar nº 003/2024 – Código Tributário Municipal;
- III – Com vencimento até o dia 10 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta, no caso do ISSQN devido no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional –, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou outra data estabelecida por norma, que vier a modificar esse vencimento; e
- IV – Com vencimento até o dia 10 do mês seguinte ao da competência, para outros Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 3º. O Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos - ITBI por ato oneroso de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos será arrecadado nos prazos previstos na Lei Complementar nº 003/2024.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM - PB
GABINETE DO PREFEITO



Art. 4º. A Taxa de Fiscalização para Localização e

Funcionamento será recolhida em 1 (uma) única parcela, com vencimento nas seguintes datas:

I – Na hipótese de alvará de estabelecimento com localização fixa:

- a) no ato do licenciamento, por ocasião de fornecimento de alvará de localização e funcionamento;
- b) anualmente, contado do ano da expedição de alvará, até último dia do mês do vencimento do referido alvará;
- c) no ato de expedição e de renovação de licença provisória.

II – No ato de fornecimento de alvará de comércio ou prestação de serviços ambulante, por ocasião do fornecimento do alvará e a cada renovação, que tem prazo de 1 (um) ano, contado da expedição do primeiro alvará; e

III – na hipótese de autorização especial para instalação e funcionamento de equipamentos de diversão públicas ou de eventos temporários e para o exercício de atividade ambulante eventual a taxa será cobrada por diária ou mensalmente nos termos da autorização.

Parágrafo Único. O não pagamento da Taxa de Fiscalização para Localização e Funcionamento de Atividades no prazo estipulado na alínea “b” do inciso I do caput deste artigo implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, para efeito de cobrança administrativa ou judicial.

Art. 5º. A tempestiva impugnação de lançamento de IPTU, apresentada no exercício de 2026, assegura ao contribuinte o desconto de 20% (vinte por cento), desde que a mesma tenha sido total ou parcialmente deferida e o pagamento do tributo ocorra em parcela única no prazo de 45(quarenta e cinco) dias contados da data da revisão do lançamento, ou no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação da resposta da impugnação referida, o que for maior.

Art. 6º. A Taxa de Coleta de Resíduos – TCR terá seu vencimento no dia 31 de agosto de 2026.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM - PB
GABINETE DO PREFEITO



Art. 7º. Para efeito dos pagamentos dos Tributos dispostos neste decreto os prazos que se encerrarem em dia não útil serão postergados para o primeiro dia útil seguinte ao fixado para o pagamento.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gurinhém, 18 dezembro de 2025.



TARCÍSIO DE SAULO PAIVA
PREFEITO DE GURINHÉM